



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0009179-21.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito**
 Documento de Origem: **IP, BO - 269/2014 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 1280/2014 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Vicente de Paulo Chaves Santos**

Aos 12 de maio de 2015, às 15:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. **Luiz Carlos Santos Oliveira**, Promotor de Justiça, bem como do réu **VICENTE DE PAULO CHAVES SANTOS**, acompanhado do Defensor Público, Dr. Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro. Iniciados os trabalhos foi inquirida a testemunha de acusação Luiz Roberto da Silva Villar, em termo apartado. Ausente a testemunha de acusação Marlon Andrade, que não foi localizada. As partes desistiram da oitiva da mesma. O MM. Juiz homologou as desistência e passou a interrogar o réu, o que foi feito também em termo apartado. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: Procede a acusação. Com efeito, em seu interrogatório o próprio réu admitiu que estava dirigindo após ingerir bebida alcoólica. A testemunha também confirmou que o réu estava dirigindo e se envolveu em uma colisão, sendo que este estava visivelmente alcoolizado. O laudo de fls. 10 confirma a embriaguez, em razão do alto índice de alcoolemia. Isto posto, requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: O réu é confesso e a confissão harmoniza-se com o restante da prova, autorizando o reconhecimento da atenuante. Requer-se, na dosimetria da pena, sua fixação no mínimo e a concessão dos benefícios legais cabíveis, pedindo-se, por fim, concessão do direito de recorrer em liberdade. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. VICENTE DE PAULO CHAVES SANTOS**, RG 23.151.514-5, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 306, "caput", inciso I e § 2º da Lei nº 9.503/97, porque no dia 05 de abril de 2014, por volta das 20h19, na Rua Iwagyro Toyama, defronte ao nº 760, nesta cidade e Comarca, conduziu veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool e retirado, com sua autorização, sangue para exame de dosagem alcoólica, apresentou como resultado a concentração de 2,7 gramas de álcool por litro de sangue. Segundo apurado, policiais militares acionados para atender ocorrência de acidente automobilístico constataram que o denunciado trafegava pela local dos fatos quando colidiu seu veículo VW/Gol, placas CZI 3636, com o VW/Santana, placas JJB 4873, que estava regularmente estacionado naquela via pública, pertencente a Marlon Andrade. Recebida a denúncia (fls. 48), o réu foi citado (fls. 51/53) e respondeu a acusação através de seu defensor (fls. 55/56). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foi inquirida uma testemunha de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu a aplicação da pena



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

mínima com o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea, com concessão dos benefícios legais cabíveis. **É o relatório. DECIDO.** Os fatos imputados ao réu estão cabalmente demonstrados. De fato o acusado, após ingerir bebida alcoólica assumiu a direção de veículo motorizado e acabou por colidir com o veículo que estava estacionado na via pública. Submetido a exame de dosagem alcoólica o resultado foi positivo, sendo constatada a concentração de álcool no sangue de 2,7 g/l (fls. 18). Evidente, portanto, que estava com a capacidade psicomotora alterada em razão de bebida alcoólica. Nada mais é necessário abordar para impor a condenação. Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A ACUSAÇÃO** para impor pena ao réu. Observando todos os elementos individualizadores da reprimenda, bem como que o réu é tecnicamente primário e ainda confesso, estabeleço a pena-base no mínimo legal, isto é, de seis meses de detenção e dez dias-multa, no valor mínimo, além da suspensão de sua habilitação para dirigir por dois meses (Artigo 293 do CTB). Não é conveniente a substituição apenas por multa ou prestação pecuniária, justamente porque o réu já tinha cometido delito idêntico anteriormente (fls. 43). No entanto, delibero substituir a pena privativa de liberdade por pena restritiva de direito, de prestação de serviços à comunidade, que se mostra mais adequada e suficiente para corrigi-lo e norteá-lo para o princípio da legalidade. **Condeno, pois, VICENTE DE PAULO CHAVES SANTOS à pena de seis (6) meses de detenção e dez (10) dias-multa, no valor mínimo, substituída a pena restritiva de liberdade por restritiva de direito de prestação de serviços à comunidade, pelo mesmo tempo, além da suspensão de sua habilitação para dirigir veículo automotor pelo tempo de dois (2) meses, tudo por ter infringido o artigo 306 da Lei 9503/97 (CTB).** Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita. Em caso de reconversão à pena primitiva, o regime será o **aberto**. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Registre-se e comunique-se. **NADA MAIS.** Eu, _____, Cássia Maria Mozaner Romano, Oficial Maior, digitei e subscrevi.

MM. JUIZ:

MP:

DEFENSOR:

RÉU: